

Especializada

Atualizado em 7/11/2016 14:55:26

Defensoria Pública se reúne com os representantes dos Povos Indígenas que ocupam a sede do DSEI em Belém



Na última quinta-feira, dia 3, representantes do Movimento Indígena da Área de Abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins (GUATOC), reuniram-se com o defensor público Johny Giffoni com o intuito de apresentar suas reivindicações que ocasionaram na ocupação da sede do DSEI em Belém, desde o dia 18 de outubro. A Defensoria Pública do Estado, juntamente com a Defensoria Pública da União, convidam diversos entes para participarem de uma reunião para discutir o tema na quarta-feira dia 09 de novembro às 9hs, na Sesai em Belém.

As reivindicações foram apresentadas a partir de uma carta enviada para a Defensoria Pública do Estado do Pará, no dia 1º desse mês, na qual os indígenas dos povos atendidos pelo DSEI GUATOC apresentaram as situações que os levaram a atitude de enfrentar a atual gestão e o Governo. Assinaram a carta os povos Tembé, Assurini, Xikrin, Gavião, Karajá, Munduruku, Zo'é, Kaapor, Kayapó, Amanaué, Timbira, Tiryó, Anambé, Atikum, Suruí, Guajajara, Kaxuyana, Guarani Mbya, WaiWai e Parakanã.

O defensor público Johny Giffoni explica que, o papel da Defensoria pública do Estado do Pará é, pela lei, o de auxiliar na tentativa da resolução extrajudicial de um conflito social que, nesse caso, os indígenas trouxeram. "Eles pediram o auxílio ao Núcleo de Direitos Humanos (NDDH) para intermediar um diálogo com os diversos órgãos, como a FUNAI, o Ministério da Saúde, a OAB, o Ministério Público Federal, a SEJUDH, as Secretarias de Saúde dos Municípios, a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, a SESP e o Conselho Estadual de Saúde; sobre a questão da SESAI, então, recebemos a carta deles e vamos enviar para as essas entidades e faremos essa ação em conjunto com a Defensoria Pública da União", pontua.

questão da SESAI, então, recebemos a carta deles e vamos enviar para as essas entidades e faremos essa ação em conjunto com a Defensoria Pública da União”, pontua.

De início, o movimento indígena afirmou que o povo indígena não está disposto a recuar da decisão que tomaram e que repudiam o que tem sido feito com o atendimento a saúde do povo Indígena; por meio de portarias que retiram a autonomia da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e dos DSEI's, e não concordam com a municipalização de sua saúde; e exigem a nomeação de Jorge Tembê para a coordenação do DSEI GUATOC.

Na carta, os representantes do movimento indígena explicam que a SESAI foi criada a partir da luta dos povos Indígenas, com o objetivo de melhorar o atendimento nas aldeias, reconhecendo, fortalecendo e incentivando as particularidades de cada povo. Segundo eles, esses objetivos não estão sendo alcançados devido à forma obscura e sem envolvimento efetivo dos povos atendidos, ocasionado pelas disputas políticas que a Secretária é submetida, em que os indígenas são os maiores prejudicados, já que os atendimentos de saúde, desde a baixa até a alta complexidade, são de péssima qualidade.

“A nossa saúde indígena está precária, em nível nacional, por exemplo, questão de saneamento básico está faltando na aldeia, medicamentos, combustível, então, todos esses problemas estão aumentando cada vez mais por causa da má gestão”, afirma Ronaldo Amandyé, em reunião na Defensoria Pública. “Antes tinha menos recurso, mas era administrado pela as associações indígenas e funcionava muito bem”, conclui.

Os representantes explicam que é disponibilizado R\$ 17 milhões anualmente com o intuito prevenir, promover e tratar da saúde de mais de 8 mil indígenas, porém, os recursos não conseguem atender plenamente as demandas de saúde, devido a má gestão. Os gestores, também, não consultam as lideranças e os caciques nas deliberações do controle social, que acabam sendo desconsideradas e desrespeitadas pela maioria dos coordenadores que já passaram pelo distrito. Devido está problemática que enfrentam, os próprios indígenas investem em sua capacitação para assumirem a gestão, conquistando a sua autonomia.

“Exigimos que as Secretarias dos Municípios de cada polo tenha a participação na Saúde Indígena, e, juntamente com a Defensoria Pública do Estado, estamos acionando essas Secretárias para uma reunião para que possamos resolver esta questão”, explica Paretê Tembê, representante do Movimento Indígena da Área de abrangência dos Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins. “Já são mais de 16 anos que a saúde indígena não está em nossas mãos, e a situação que está precisa que tenhamos nossos representantes para que possamos resolver esse problema com mais respeito ao povo indígena e só vamos acabar com a ocupação quando o nosso indicado para coordenar o DSEI GUATOC assumir” finaliza.

Texto: Alana Menezes e Andreza Marinho